

Credibilidade exige que as instituições sejam transparentes

Flávio Rocha

A credibilidade das instituições nacionais atravessa um momento de grande questionamento. Os sucessivos episódios pontilhados de escândalos acabam por respingar sobre setores do universo institucional. Mas a simples análise do fenômeno indica que a credibilidade institucional estaria bem melhor se houvesse transparência.



A obscuridade com que se fazem as coisas neste País é realmente surpreendente. Pouco se sabe, e as questões que chegam ao conhecimento da opinião pública carecem de complemento e explicação.

Vamos dar alguns exemplos. A Reforma Tributária, aprovada pela Constituição, garantiu substancial aumento no repasse do Fundo de Participação dos Municípios. A nova planilha de distribuição garantiu o aumento de 18% para 24%, enquanto os Estados passaram do patamar de 36% para 40%, decrescendo a União do índice de 46% para 36%. Na prática, esse aumento para os municípios não se tem constatado.

As reclamações ganham volume e as municipalidades, perplexas, estão a aguardar urgentes explicações das autoridades fazendárias. Algo deve ser feito para dirimir dúvidas e acalmar os ânimos dos prefeitos.

Exemplos afloram por toda parte. Recentemente, o Banco Internacional de Pagamentos divulgou, na Suíça, relatório que aponta um fato de extrema gravidade para o País: um terço da dívida externa brasileira estaria saindo ilegalmente do País. Segundo o BIS, erros e omissões nas contas externas entre 1978 e 1987 apontam uma soma de US\$ 32,1 bilhões, decorrentes da diferença entre US\$ 103,5 bilhões que entraram e US\$ 71,4 bilhões que visavam a dar cobertura. O

déficit seria formado por "ativos privados no estrangeiro". Assim, capitais brasileiros estariam fugindo do País, em um momento em que o nosso desenvolvimento está a exigir forte aporte de investimentos nos setores da indústria, do comércio, dos serviços e da agricultura.

A ausência de esclarecimentos campeia também na área da Previdência Social. Enquanto se exige do assalariado um novo aumento nas contribuições para a Previdência, constata-se um imenso rombo, fruto de desfalques. Uma auditoria realizada em 400 postos de benefícios do INPS comprova a falta de 4,8 bilhões de dólares, dinheiro desviado na aprovação e pagamento de benefícios pelo INPS e na arrecadação de contribuições para o IAPAS. Isto é, enquanto se aumenta a contribuição, constata-se que 1,4% do PIB, cerca de 32% da receita do INPS, vão para bolsos alheios. É extremamente penoso aprovar o aumento de 0,6 para 1,0 da contribuição para o chamado Finsocial, quando se depara com uma calamidade como esta.

Fatos como esses precisam ser apurados e seus responsáveis punidos. Não podemos conviver com mistificações, mentiras e carência de informações fundamentais. A confiança que um governante necessita obter da população se assenta sobre um pilar de verdade. Os extraordinários avanços da sociedade brasileira incorporaram a necessidade de novo relacionamento entre os poderes constituídos e as bases sociais. As camadas burocráticas ainda vestem a roupagem dos velhos métodos.

Justifica-se, assim, a má imagem de governantes. Seria surpreendente que estados de calamidade, situações duvidosas, casos alarmantes, escândalos e acordos espúrios deixassem imaculada a malha das instituições que lidam diretamente com as coisas do povo.

Flávio Rocha é deputado federal pelo RN.